

**PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR PRIMÁRIO: ALICE DA SILVA PAES,
PROFESSORA MUNICIPAL EM UBERABINHA (1924)**

Flávio César Freitas Vieira¹
flaviouv@ufu.br

Wenceslau Gonçalves Neto²
wenceslau@ufu.br

RESUMO

O presente texto, resultado de pesquisa documental, visa apresentar a argumentação sobre a configuração dos diversos profissionalismos da professora municipal Alice Paes no ensino primário em Uberabinha, em 1924. Os resultados obtidos foram de identificação dos profissionalismos competente restrito e o associado, com base na trajetória profissional em que atuou em mais de uma instituição educativa na cidade.

Palavras-chave: Profissionalismo. Profissionalização. Profissionalidade.

**PROFESSIONALISMS OF PRIMARY TEACHER: ALICE DA SILVA PAES,
MUNICIPAL TEACHER IN UBERABINHA (1924)****ABSTRACT**

This text, as a result of a documental research, intend to present arguments about the various professionalisms setting of municipal teacher Alice Paes, in primary education in Uberabinha, in 1924. The obtained results were the identification of competent restricted and the associated professionalisms, based on professional career, in which she was involved, in more than one city's educational institution.

Keywords: Professionalism. Professionalization. Professionality.

Introdução

O presente artigo apresenta a análise sobre a identidade da profissão de professor, pela perspectiva dos profissionalismos configurados em sua trajetória de atuação profissional, tendo por foco a professora Alice da Silva Paes, à frente da Escola Noturna Municipal, em 1924, bem como a sua atuação no ensino primário na cidade de Uberabinha-MG, entre 1915 e 1929. O mesmo expõe parte da pesquisa desenvolvida na tese de doutorado em educação sob orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (VIEIRA, 2009).

Entre os profissionais da educação que atuaram no ensino municipal em Uberabinha³ durante a Primeira República foram identificados alguns nomes de professores. Estes atuaram em determinados períodos, espaços, e em parte contribuíram com seu trabalho para a efetivação do ensino público municipal, num período de quase quatro décadas. Tais professores puderam participar do processo de profissionalização do

professor municipal, que pode ser configurado em três momentos distintos (VIEIRA, 2004, p. 115-186).

No primeiro, da profissionalização (1892-1899), tem-se a constituição do perfil profissional do professor municipal, em prol do estabelecimento da distinção entre o profissional e o voluntário, com preferência ao normalista para exercer a função. Entre os primeiros nomes surgiram os professores municipais Eduardo José Bernardes e Francisco Firmino Monteiro.

No segundo momento (1899-1922), por cerca de 25 anos, houve a consolidação do perfil do professor municipal, mantendo-se quase integralmente o delineamento anterior, apesar das intensas reformulações advindas da esfera estadual na profissão de professor. Neste período foram identificados os professores municipais: Francisco Firmino, Francisco da Costa Braga, Carlos Fonseca, Simplício Pinto da Silva, Pedro Gonçalves de Souza, Ana Cândida Garcia, Cândida de Figueiredo e Isaura Faria.

No terceiro momento (1923-1930), de atualização do perfil profissional do professor municipal, ocorrido num ambiente marcado por mudanças políticas continuadas, por meio de reforma educacional de caráter local, promoveu-se a renovação desse perfil, com empenho renovado na valorização do normalista para atuar no ensino público primário, em que foram identificados os nomes dos professores Alice da Silva Paes e Jerônimo Arantes.

Há escassez de dados sobre a maioria desses professores. Tal constatação foi decisiva para a exclusão de alguns da análise sobre a identidade da profissão do professor municipal de Uberabinha. Após proceder a uma minuciosa busca em diversos acervos⁴ sobre estes profissionais da educação local, foi possível a configuração dos profissionalismos no ensino municipal de apenas dois professores, Alice Paes e Jerônimo Arantes.

Definimos o profissionalismo do professor como sendo o processo sistêmico de identificação do caráter profissional do mesmo no exercício habitual de ensinar. Resulta este da exteriorização da tensão das forças estruturantes – a profissionalização e a profissionalidade – sobre a autonomia do professor em um determinado tempo e espaço, podendo ser o profissionalismo caracterizado por pleno ou restrito.

Autonomia esta que, mesmo sendo relativa, é fundamental para que o profissional realize o seu ensino com maior liberdade, criatividade e tenha a seu favor a iniciativa de promover soluções diante de problemas que possam surgir dificultando a realização do processo de ensino-aprendizagem, dentro de um contexto estabelecido na vida em sociedade.

Por esta perspectiva, compreendemos as forças estruturantes do profissionalismo advindas, por um lado, pela profissionalização do professor, caracterizada por restringir a autonomia docente. Esta é histórica, externa e hierárquica no processo de controle sobre a autonomia profissional, estabelecendo demarcações nas dimensões: o reconhecimento público no tempo destinado ao exercício da profissão; o suporte legal com os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas; a necessária formação específica em estabelecimento especializado; e o estímulo à participação em grupos, ou associações, ou organizações, e/ou instituições nucleadas por profissionais e/ou agentes envolvidos na profissão de professor, bem como nas que o mesmo seja reconhecido como membro de determinada sociedade que desenvolve atividades nas áreas da educação, cultura e da intelectualidade. Esta definição é oriunda dos argumentos de Nóvoa ao estabelecer as categorias da profissionalização do professor em Portugal, em quatro etapas, sob duas dimensões e em um eixo estruturante (NÓVOA, 1991, p.13-16). Outra parte advém de argumentos complementares discutidos em trabalho anterior, voltado para o suporte legal,

envolvendo atribuições de direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas (VIEIRA, 2004, p.125-186).

Por outro lado, há a contribuição advinda da outra força estruturante, a profissionalidade, caracterizada por nutrir o estímulo à autonomia profissional pelas dimensões norteadoras de princípios e de valores, com respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e à competência profissional, definição esta alicerçada em Contreras (2002). Compreendemos que tais forças estruturantes contribuem para a constante reafirmação e renovação do caráter profissional do professor, auxiliando na geração de diversos profissionalismos nas suas relações e práticas sociais e profissionais junto à sociedade em que atua.

Com a apresentação abreviada destes fundamentos conceituais sobre a identidade da profissão do professor, ressaltamos que o foco do trabalho deste profissional é o exercício habitual de ensinar. Esta última palavra necessita ser associada a aprender, para se complementar o seu significado e compreensão. Assim, a profissão do professor é a ação habitual de ensinar conteúdo(s) a aluno(s) que aprende(m). Este complexo processo ensino-aprendizagem em parte é atribuído ao professor, em seu ato de ensino, que necessita ser portador de certa autonomia profissional que permita flexibilidade para atuar na busca de soluções a ponto de alcançar o resultado almejado – a aprendizagem do aluno – bem como ter uma delimitação desta autonomia para um norteamento de referência.

Diante da diversidade de fatores que influem no trabalho efetivo do professor, identificamos no mínimo cinco tipos de profissionalismos resultantes das tensões sobre a autonomia docente em conjunto com outros elementos advindos das forças estruturantes, entrecruzadas pelas dimensões tempo e espaço e pelas ideias pedagógicas que estiveram envolvidas na formação e atuação profissional do professor. Estes profissionalismos não são hierárquicos entre si, antes ressaltam a atuação dos professores com distintas performances: o responsável, o competente, o associado, o prático e o sacerdotal.

O profissionalismo responsável se caracteriza por conter uma autonomia responsável, maleável, sendo conquistada na interação da atuação com o contexto institucional. Possibilita um exercício profissional do professor sob os princípios do intelectual crítico, com foco em contribuir na emancipação profissional e social diante de opressões e dirigindo ações para transformação das condições institucionais e sociais no ensino. Por um lado, a profissionalização tem as suas categorias configuradas de forma a estarem plenamente satisfeitas. Por outro lado, as dimensões constituintes da profissionalidade apresentam-se com uma expansiva presença de princípios da moral que valoriza a emancipação individual e social, norteadas pelos valores de racionalidade, justiça e satisfação.

O profissionalismo competente caracteriza-se por conter uma autonomia técnico-racional bem delimitada, definida por Contreras, sendo resultado da tensão entre as forças estruturantes do profissionalismo, em que há maior presença dos aspectos da profissionalização em relação às dimensões da profissionalidade que se apresentam com restrições nas dimensões da obrigação moral e compromisso com a comunidade.

O profissionalismo associado se caracteriza por ter autônias profissionais simultâneas e distintas, oriundas das vinculações e atuações profissionais que o profissional possui em um mesmo tempo com mais de uma instituição. Resulta, assim, na composição da sobreposição de vínculo com contextos institucionais distintos que estimulam e produzem um conjunto de tipos de profissionalismos com expansivo distanciamento crítico, necessário para que o profissional atue com rápida adaptação diante de variações contextuais das instituições em que atua. As variações de contextos institucionais promovem alterações na tensão sobre a autonomia profissional em razão das

oscilações nos valores dos elementos constitutivos tanto da profissionalização quanto da profissionalidade pertinentes a cada contexto institucional. O profissional poderá ter ocupações econômicas ou profissionais de mesma natureza ou distintas, a exemplo, liberal, intelectual, técnica ou manual.

O profissionalismo sacerdotal se apresenta com uma expressiva autonomia profissional, cuja tensão entre as forças estruturantes tem maior valorização para os elementos constitutivos da profissionalidade, seja por vínculos de princípios tanto de moral religiosa quanto da moral laica, por evidenciar a presença de uma atuação profissional de ação reflexiva, de competência intelectual e técnica em prol de uma formação coerente que obedeça aos princípios assumidos pelas dimensões da obrigação moral e compromisso com a comunidade.

O profissionalismo prático se caracteriza por apresentar uma autonomia profissional restrita e novíça, por ter um processo de constituição da identidade profissional do professor em formação. Possui uma competência profissional técnica e intelectual em formação, dependente de orientação em razão do restrito grau de experiência e aporte teórico. Há o reconhecimento externo por instituições para que o professor em formação atue na profissão, considerado um protoprofissional durante esse exercício profissional. Busca superar a falta de plena satisfação em elementos constitutivos tanto da profissionalização, nos aspectos de suporte legal, quanto da profissionalidade, com uma competência profissional novíça e em formação. As dimensões obrigação moral e compromissos com a comunidade se apresentam valorizadas como forma de compensar as lacunas existentes. Necessita de um tempo de maturação para tornar-se plenamente profissional e superar a autonomia restrita (VIEIRA, 2009, p. 165-169).

Em cada um dos tipos apresentados, pode-se ainda acrescentar a variação entre pleno ou restrito. O profissionalismo pleno manifesta-se pelo caráter profissional do professor em coerência à configuração projetada, conforme a conjunção das dimensões da profissionalidade e da profissionalização, e satisfaz todos os seus principais elementos constitutivos. No caso do profissionalismo restrito o caráter profissional do professor manifesta-se com restrições em alguns de seus principais elementos constitutivos e o resultado ficará aquém da configuração projetada.

Trajetórias de formação e atuação profissional da normalista Alice Paes em Uberabinha

Alice da Silva Paes projeta-se no espaço educacional de Uberabinha em 1915. Natural de Miracema⁵, cidade do Estado do Rio de Janeiro, filha do casal Joaquim da Silva Araújo e Maria Luzia Paes e irmã do comerciante e jornalista Agenor Paes, radicado em Uberabinha (TEIXEIRA, 1970, p. 15). Esta fraternidade foi ignorada, ou considerada irrelevante por Teixeira, autor de parte da biografia de Agenor Paes, e pouco destacada por parte da imprensa uberabinhense, por exemplo, tendo sido encontrados apenas alguns registros no Diário de Uberabinha (22 nov. 1917, p. 2) e no O Reporter (14 jan. 1934, p. 1).

Entretanto, apesar de não haver referência explícita nas fontes, pode ter sido a presença de Agenor Paes em Uberabinha, desde os anos 1910, que contribuiu para a chegada da normalista Alice Paes na cidade com o objetivo de assumir uma das vagas de professor estadual no recém-instalado Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1915.

Após obter o diploma de Normalista na renomada Escola Normal da cidade de Campos, no norte fluminense, a recém-formada seguiu para Faria Lemos, no Estado de Minas Gerais, para assumir a função de professora municipal no ensino primário,

provavelmente em 1913. No ano seguinte, assumiu a vaga de professora na escola estadual distrital de Rio Pardo de Leopoldina, da cidade de Leopoldina, também estado mineiro.

Os dados são raros e esparsos sobre a biografia de Alice da Silva Paes. É provável que tenham sido juntados inicialmente pela professora Dinorah Cortes, em 1966, à frente da direção do Grupo Escolar Professora Alice Paes (Uberlândia), diretamente com a professora biografada. Dinorah produziu um documento datilografado que, atualmente, se encontra, envelhecido e amarelado pelo tempo, no acervo da referida escola, contendo diversas informações sem muitas datas. O mesmo foi apresentado à imprensa com vistas a informar a sociedade uberlandense sobre a biografia de Alice Paes, à véspera da sua visita à cidade, entre 6 e 8 de setembro de 1966, sendo publicado integralmente em alguns periódicos locais⁶.

A estratégia era ressaltar a visita da ilustre professora à escola e à cidade, homenageá-la publicamente e externar a grata satisfação por ter sido o grupo escolar designado com o nome desta educadora.

Os primeiros registros da presença da normalista Alice da Silva Paes nesta cidade, como já foi dito, referem-se ao momento em que a mesma assumiu a vaga de professora estadual no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, o qual iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 1915. No ano anterior houve a ampliação no número de cadeiras autorizadas das escolas estaduais, saltando de quatro para oito. Todavia, em 1915 apenas seis estavam ocupadas, como pode ser visto pelos professores presentes na figura 1. A esbelta professora Alice da Silva Paes apresenta-se com cabelos à moda da época, trajando vestido longo recatado, sendo a mais jovem entre as professoras e professores naquele ano escolar, com cerca de vinte anos de idade.



Figura 1 - Professores do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão – Uberabinha – 1915. Da direita para a esquerda em pé: Professores Honório Guimarães, D. Margarida de Oliveira Guimarães e Quirino Pires de Lima. Sentadas da direita para a esquerda: Professoras D. Alice da Silva Paes, D. Ophelia Amaral e D. Rosa Damasceno de Luz.

Fonte: CAPRI, 1916, p. 30.

Passados cerca de dez anos da sua chegada a Uberabinha, a jovem normalista foi escolhida, com 102 votos, a quarta jovem entre onze das mais bonitas da cidade, sendo uma das finalistas do Concurso de Beleza promovido pelo Jornal *A Mariposa*, que contou com votos de populares, nos primeiros meses de 1925. A acta final do concurso foi publicada nas páginas do referido jornal (CONCURSO... *A Mariposa*, 31 maio 1925, p. 1). A bela normalista, jovem professora, permaneceu solteira, acompanhada de sua mãe, por

cerca de quinze anos, de 1915 a 1929, na cidade de Uberabinha. Atuou no corpo docente no grupo escolar Júlio Bueno Brandão, sendo sua diretora nos últimos três anos do período indicado (ARANTES, 1941, p. 17). Nesses mesmos anos também participou na função de orientadora da organização de cerca de doze escolas rurais, durante o governo do Agente Executivo Octávio Rodrigues da Cunha (1927 a 1930) (CORTES, 1966).



Figura 2 – Professora Alice da Silva Paes
Fonte: ARANTES, op. cit., p. 17

A figura 2 apresenta a foto da professora Alice Paes publicada na *Revista Uberlândia*, de 1941. Não foi possível identificar a data precisa da foto. Consideramos a possibilidade de pertencer ao período final da década de 1920, antes que a professora deixasse Uberabinha para assumir em Belo Horizonte a direção do Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos.

Na capital, Alice Paes prosseguiu na carreira de diretora, em pelo menos dois estabelecimentos estaduais de ensino, a partir de 1929, no Grupo Escolar Diogo Vasconcelos, na capital do estado, e em 1941 atuava no Grupo Escolar Bueno Paiva, escola noturna para moças (CORTES, 1966). Encerrou suas atividades *profissionais* na educação, em 1957, provavelmente, sendo fiscal do Curso Normal do estabelecimento particular e confessional das Irmãs Salesianas, o Colégio Pio XII (O TRIÂNGULO, 7 set. 1966, p. 1).

Verificamos que antes de completar dez anos de atuação profissional no ensino público e privado em Uberabinha, em 1922, a professora Alice Paes já tinha seu nome entre os reconhecidos professores da cidade, conforme o *Indicador Administrativo e Commercial*, que registrou as instituições educativas ao listar cerca de 35 professores e os seus respectivos locais de atuação profissional. Na imprensa foi concedido o mesmo tratamento à profissão e ao profissional da educação que aos demais, ao citá-los entre advogados, agrimensores, alfaiates, arquitetos, carpinteiros, construtores, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, ferreiros, funileiros, guarda livros, médicos, padeiros, serralheiros, etc.

A relação dos 35 professores expõe outra faceta da realidade educacional: a feminização do magistério em Uberabinha, principalmente na área urbana, sendo vinte professores do sexo feminino e quinze do masculino. No Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, exceto o diretor – professor Lycídio Paes – todo o corpo docente era do sexo feminino: D. Alice Paes, D. Olga Delfavero, D. Alvina Paes, D. Cecy Porphyrio Cardoso, D. Josina da Silva, D. Maria Altina Jardim, D. Maria Leodegaria de Jesus e D. Olga de

Oliveira. Nas escolas estaduais distritais e isoladas a feminização era menos intensa do que na zona urbana, mas estava presente, como pode ser verificada na distribuição dos professores, com as respectivas localidades das escolas onde atuavam, exposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Professores das Escolas Primárias Isoladas Estaduais por sexo e seus professores(as) Uberabinha – 1922

Nome do(a) Professor(a)	Escola Isolada Primária Sexo	Distrito* - Rural
Claudemiro Terra	Masculino	Sobradinho
Cherubina dos Santos Cupertino	Mixta	Martinópolis*
Luiz Velloso de Aquino	Feminino	Rio das Pedras
Leonidia Braga	Feminino	Santa Maria*
Eleazar Braga	Masculino	Santa Maria*

(PEZZUTI, 1922. p. 69-70).

Uberabinha estava em um processo de crescente escolarização, principalmente, pelas mãos do governo estadual e da iniciativa privada. O governo municipal oscilava nos investimentos quanto à manutenção e crescimento das escolas municipais. Neste contexto, em 1918, a professora estadual Alice Paes resolveu atuar no ensino particular feminino, instalando o seu próprio estabelecimento, o Colégio N. S. Conceição, assumindo as funções de diretora e professora até 1925. Tal fato foi noticiado na imprensa local, porém com equívocos no nome e na categoria de gênero para o qual se destinava a instituição educativa: divulgou-se como sendo o Collégio Nossa Senhora Aparecida, destinado ao ensino de ambos os sexos (COLLEGIO..., *A Notícia*, 8 set. 1918, p. 1). Na edição posterior do mesmo jornal, os equívocos foram publicamente corrigidos pelo redator chefe José Peppe, informando que na Praça Ruy Barbosa o Collegio N. S. Conceição destinado ao ensino feminino passou a funcionar, sob a direção de D. Alice Paes, “funcionária conceituada do Estado” (Ibidem).

Assim, a professora Alice Paes assumiu o exercício da profissão docente em dois contextos, em esferas administrativas distintas no ensino escolar na cidade: na instituição pública estadual de princípio laico e gratuito, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; e na iniciativa privada, com princípios marcadamente religiosos para o ensino feminino, o Colégio N. S. Conceição. De 1918 a 1925, quando Alice Paes assumiu essas duas atuações de ensino, agregamos ao profissionalismo da professora mais um caráter profissional, que justapõe-se ao primeiro, e resulta em diversos profissionalismos dos tipos competente pleno e associado.

Os profissionalismos da professora Alice da Silva Paes no ensino municipal em 1924

Em 1924, a professora Alice Paes acrescenta mais uma às duas atuações profissionais anteriores. Agora, além de ministrar aulas no ensino primário estadual e no ensino feminino particular, assume compromisso com o governo da cidade de dirigir o ensino primário para alunos/trabalhadores na Escola Noturna Municipal, que se tornou o foco principal de identificação do profissionalismo da referida professora. Esse momento do seu profissionalismo foi marcado pela atuação em três instituições de contextos educativos distintos: professora do ensino primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; proprietária, dirigente e professora do Colégio N. S. da Conceição; e no ensino para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos de idade, na Escola Noturna Municipal, a partir do início desse ano.

O tempo dos profissionalismos da professora Alice Paes à frente da Escola Noturna Municipal manifesta-se complexo, por ser resultante da inter-relação de diversos aspectos da profissionalização: por um lado, que pressiona o controle e a restrição da sua autonomia profissional, com base no suporte legal da legislação educacional municipal; e por outro, estimulado com a valorização de elementos advindos da obrigação moral e do compromisso com a comunidade desta referida escola, associado ao desempenho da sua competência profissional, dimensões vinculadas à profissionalidade. Esta relação das forças estruturantes do profissionalismo foi nutrida pelas irradiações dos princípios defendidos pelas ideias pedagógicas tradicional, positivista e da Escola Nova, sob os princípios educacionais liberal e democrático.

A atuação profissional da professora Paes, na esfera municipal, fora possível após a mudança de perspectiva na educação promovida pelo novo governo do Agente Executivo Eduardo Marquez, que nos três primeiros meses de sua gestão, conseguiu iniciar a consolidação da mudança pela reforma educacional com a Lei Municipal n. 278, de 07 de março de 1923. Esta lei promoveu alterações no processo dessa esfera de ensino, nos seus 49 artigos, incluída a criação da Escola Noturna na sede do município para maiores de dezesseis anos do sexo masculino. Conforme foi estabelecido no primeiro parágrafo do artigo 1º, como também nos incisos I e II do parágrafo 1º do Art. 12, em que foram alterados os quesitos necessários para a admissão de funcionário municipal no cargo de professor municipal, com preferência, primeiramente para os diplomados pelas escolas normais do Estado, e em segundo, para os professores particulares que satisfizessem aos quesitos estabelecidos no artigo 13, no qual foram estabelecidas quatro exigências: “a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) idade mínima de vinte anos para os homens e dezoito para as mulheres; c) não sofrer de moléstia repulsiva ou contagiosa; d) prestar exame de que trata o artigo que se segue” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 07 de março de 1923, p. 10-18). Todos esses quesitos legais, a professora fluminense atendia plenamente.

O diploma oriundo da Escola Normal de Campos induz-nos a pensar que a normalista e professora Alice Paes recebeu na formação profissional uma habilitação para atuar no ensino elementar com competência técnica para utilizar o método intuitivo, que estimularia o aluno a apreender uma ideia abstrata pelo manuseio de objetos concretos, pelo uso dos cinco sentidos. Para tanto seria necessário um aporte com

[...] peças do mobiliário escolar, quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, objetos de madeira, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com “pedras e metais; madeiras, louças e vidros; iluminação e aquecimento” [...]; alimentação e vestuário etc. (SAVIANI, 2007, p. 139)

Este método, oriundo da Alemanha no final do século XVIII, após ser divulgado no século XIX em países dos continentes da Europa e da América do Norte, alcançou o Brasil a partir de meados deste mesmo século. Saviani afirma que os princípios teóricos do método intuitivo, com o uso de novos instrumentos de apoio ao ensino, com ampliação e ressignificação dos já conhecidos, prédio escolar, livros, quadro e giz, incluindo a função do próprio professor no ato de ensinar “manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que já irá influenciar várias reformas da instrução pública efetivadas no final da década” (Ibidem, p. 140).

Com este tipo de formação, a professora Alice Paes, oriunda da Escola Normal de Campos, trouxe consigo princípios do método intuitivo apreendidos no início da década de 1910. A partir de meados dessa década, ao iniciar sua atuação profissional, a mesma agregou ao conhecimento de formação, experiência vivida em salas de aula de instituições públicas no Estado de Minas Gerais: na escola rural municipal de Faria Lemos, na escola distrital estadual de Rio Pardo de Leopoldina, nos primeiros anos do ensino primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão e na esfera particular no ensino feminino no Colégio N. S. da Conceição.

Em 1924, com a formação apropriada de normalista e cerca de doze anos de experiência adquirida no ensino primário no Estado de Minas Gerais, com excelente reputação e trajetória profissional na profissão docente, difundida nos círculos de relação social e profissional que possuía, a professora Alice Paes assumiu o compromisso de atuar no ensino primário da Escola Noturna Municipal para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, vinculada à esfera municipal de Uberabinha.

Ao convidar a professora para atuar no ensino municipal, o Cel. Alexandre Marquez, Agente Executivo e Presidente da Câmara Municipal, provavelmente, estava reconhecendo o sucesso de sua trajetória profissional, como uma profissional suficientemente preparada para atuar à frente daquela cadeira do ensino primário. Portanto, tinha a expectativa de que a professora seria capaz de enfrentar com êxito este novo desafio, no ensino de jovens e adultos na cidade de Uberabinha.

Pode ser também que o convite do Cel. Alexandre Marquez tenha advindo por outras motivações, além do reconhecimento profissional: a indicação política, uma vez que a professora Alice Paes frequentava os círculos intelectuais e políticos da cidade desde 1918. Tal evidência pode ser observada, por exemplo, nas Atas da Câmara Municipal que registraram que a mesma foi oradora oficial de uma Comissão composta por um grupo de senhoras da cidade, que prestou homenagem pública e entregou o retrato do farmacêutico, e à época, Agente Executivo de Uberabinha, João Severiano Rodrigues da Cunha, numa sessão solene da Câmara, realizada em 05 de maio de 1918, na presença do próprio homenageado (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA, 05 maio 1918, p. 33v).

Em 10 de julho do mesmo ano, o nome da professora Alice Paes retornou às sessões da Câmara Municipal de Uberabinha. Desta vez, fez uma representação requerendo subvenção pública para o seu futuro estabelecimento de ensino, ainda em processo de instalação (Idem, 10 jul. 1918, p. 34v). Após sete dias, com base neste requerimento, os vereadores elaboraram um projeto de subvenção no valor de 500\$000 réis por ano, por conta da verba de instrução pública, para o novo Colégio N. S. da Conceição sendo aprovado na sua redação final em 17 de julho de 1918 (Idem, 10, 11, 12, 13, 15 e 17 jul. 1918, p. 34v-44v) e tendo a sanção pelo Presidente e Agente Executivo Municipal Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha na Lei n. 210, de 25 de julho de 1918 (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA, Lei n. 210 de 25 de julho de 1918).

Em meados de 1918 foi aprovada a primeira subvenção municipal para o Colégio N. S. da Conceição, e continuou a recebê-la por mais cinco anos com valores que variavam de 1:000\$000 a 1:200\$000 contos de Réis anuais, tendo de ofertar em contrapartida de seis a dez vagas no ensino feminino para alunas consideradas pobres. Tais dados estão registrados nas Leis Orçamentárias de Receitas e Despesas para os exercícios financeiros de 1919, 1920, 1921, 1922 e 1923, respectivamente, as de números 214, 227, 246, 253 e 263 aprovadas pela Câmara Municipal de Uberabinha.

Salientamos que as Leis Orçamentárias para os exercícios financeiros de 1924, 1925 e 1926 não mais destinaram verbas para a subvenção do Colégio N. S. da Conceição. Mesmo tendo o suporte legal estabelecido no inciso b do Artigo 34 da Lei n. 278, de 07 de

março de 1923, autorizando que o Agente Executivo subvencionasse o “Collégio N. S. da Conceição, com a quantia de 1:400\$000 tendo a Camara o direito a 2 lugares no curso secundário e 10 no primário para creanças pobres” (Lei n. 278 de 07 de março de 1923, p. 16).

Consideramos então que, entre 1918 e 1923, a professora Alice Paes construiu relações com a Câmara Municipal tanto pelo aspecto profissional quanto pelo aspecto político, além de a mesma ser irmã de Agenor Paes, comerciante há mais de década na cidade, recém-proprietário e editor do Jornal *A Tribuna* no início dos anos de 1920. Seja pelos dois aspectos ou por um deles, a expectativa foi criada pelo governo municipal ao estender o convite à professora Alice Paes que já atuava em duas instituições educativas, diante da ausência de professores em responder aos editais públicos para assumir tal responsabilidade.

O valor financeiro destinado ao pagamento da professora Alice Paes para ministrar o ensino na Escola Noturna Municipal atingiria o total anual de 1:800\$000, de conformidade com o que estabelece o artigo 19 da Lei n. 278, 07 de março de 1923 que previa ainda, nos artigos 1º e 2º, um público de no mínimo trinta alunos matriculados e de vinte de frequência diária (Lei n. 278, 07 de março de 1923, p. 10). Entretanto, com a aprovação da Lei n. 317, de 28 de julho de 1924, o valor passou para 2:400\$000 (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA, Lei n. 317, 28 de julho de 1924).

Na inspeção escolar municipal estava à frente o professor Francisco Santos Silva, contratado após aprovação da Lei n. 278 e conhecedor dos professores que atuavam na cidade, entre os quais a professora Alice Paes. A partir do ano de 1924, tornou-se legalmente seu superior hierárquico imediato dentro da estrutura do ensino municipal de Uberabinha. Se o respeito pessoal já existia, o profissional seria alterado por esta nova vinculação que atuaria na promoção de um controle sobre a autonomia da normalista Alice Paes.

Nesse sentido, recorreremos aos argumentos de Popkewitz que afirma que ao ocorrer desenvolvimento da tecnologia no trabalho, manifesta-se a diminuição da autonomia e a responsabilidade do professor, pelo aumento do controle do ambiente escolar (POPKEWITZ, 1997, p. 226). A mudança no processo administrativo e educativo advinda com a Lei n. 278, convergia para esta lógica, o controle e a diminuição da autonomia do professor municipal.

Tal mudança oficializada pela reforma educacional com a Lei 278 promoveu uma expansão de instituições públicas e privadas de ensino associada a elementos de controle, e do qual o inspetor Francisco Santos Silva fazia parte. No artigo 8º dessa Lei foram estabelecidas tanto a criação do cargo de Inspetor Municipal quanto as atribuições para o exercício do mesmo. Assim, a professora Alice Paes estava ciente que a partir desse reconhecimento profissional atuaria num cenário distinto, num espaço público municipal e com sua autonomia profissional sob o olhar e o controle do governo do município, com subordinação hierárquica imediata e direta ao Inspetor Municipal.

Preponderantemente conduzida por homens, a sociedade uberabinhense à época permitia que a mulher penetrasse em certos espaços sociais e profissionais atuando como coadjuvante. Havia, porém, resistência a que os espaços de comando fossem por elas assumidos. A autonomia profissional das mulheres era duplamente constrangida, tanto pelos aspectos do corpo da Lei, quanto pela tradição vivenciada por uma cultura de uma sociedade tradicional e conservadora.

Contudo, o reconhecimento de Alice Paes como professora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; como diretora e proprietária do seu próprio estabelecimento de ensino, o Colégio N. S. da Conceição; e, como membro de Bancas de Exames Finais de outras

escolas particulares na cidade, permitia à professora uma autonomia profissional distinta da que agora assumia diante do governo municipal. Como exemplo dessa projeção socioprofissional, pode ser citada sua participação na Banca Examinadora do Colégio Amor às Letras, em 29 de novembro de 1921, juntamente com os professores Bernardes de Souza e João Guimarães (ARANTES, 29 nov. 1921, p. 14). A equidade de tratamento à professora Alice Paes e aos dois outros professores atesta que a mesma era reconhecida e respeitada entre os colegas de profissão.

Tal conquista advinha por ser a mesma parte do corpo docente do Grupo Escolar na cidade, bem como proprietária e professora de uma instituição educativa particular. O prestígio e respeito profissional adquiridos, e talvez também político, podem ter influenciado o então Secretário do Interior, Francisco Campos, para a sua nomeação na função de Diretora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, no período de 1927 a 1929. Esse prestígio se manteve e se prolongou durante sua vida profissional, chegando a ser lembrada, junto com outros professores, no Hino de saudação do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, cuja letra foi elaborada por Miraci Barbosa, no ano de 1965. Ela fora identificada, ao lado dos demais professores, como profissionais que transcendem ao comum, ao padrão (BARBOSA, 01 de fevereiro de 1965).

Pode-se compreender que não se supera ao comum satisfazendo os critérios estabelecidos pela profissionalização, pois no cumprimento da lei tem-se a padronização, idealizada pelos princípios de igualdade de direitos e deveres. Transcender ao comum deve ser por exercer maior autonomia e se distinguir, o que remete aos critérios estabelecidos da profissionalidade. Por assim, seriam os eternos pioneiros que cumpriram com a missão de iluminar pelo saber onde a escuridão da ignorância dominava. Mesmo que maltratado e esquecido, este grupo de mestres abriu a trilha que iluminou a cidade e proclamou a vitória, pois na profissão assumiram o sacrifício de si em favor da comunidade. Que profissionalismo será esse? Apenas o competente? O sacerdotal? Ou outro?

No caso, os professores citados na letra do hino, incluindo Alice Paes, excediam ao comum, ao padrão da lei, excediam às exigências advindas da profissionalização com suas competências profissionais. E assim, por mais que haja na força da profissionalização um poder de exercer uma tensão com força delimitadora e controladora sobre a autonomia do professor, ao ponto de torná-lo comum e padronizado, quase idêntico a todos os membros do corpo docente competentes por satisfazer as exigências estabelecidas na legislação, há outra força estruturante e oposta a essa primeira, a profissionalidade. Esta exerce estímulo à autonomia do professor para que o mesmo assuma sua responsabilidade profissional e faça a diferença. E, antes de padronizá-lo, esta o estimula a ir além, a assumir posição em coerência com sua moral, seus compromissos e potencializá-lo para aprimorar sua competência profissional com vistas a atingir seus objetivos. Fazer a diferença é valorizar com responsabilidade a autonomia do professor.

O fato de a mesma ter assumido o ensino noturno municipal não lhe rendeu a compensação profissional que teve a oportunidade de construir nas demais esferas em que exerceu a sua docência, no ensino estadual e particular.

A professora Alice Paes, ao desincumbir-se das ocupações profissionais da área educacional – proprietária, diretora e professora particular, professora do estado, professora municipal – por um lado exigiu certos quesitos tanto legais quanto de depuração da competência profissional, da técnica, da obrigação moral e de compromissos com a comunidade envolvida. Movida pelo desejo, pelos fatores norteadores e motivadores morais, investiu na constante atualização para se manter na profissão. Nesse aspecto, a variação de tensão sobre a sua autonomia profissional se manifestou, constituindo diversos tipos de profissionalismos na sua carreira.

Identificamos a professora Paes à frente da 1^a, 2^a e 3^a séries da Escola Municipal Noturna com os profissionalismos associado e competente restrito, em 1924. Sua formação se fez na Escola Normal de Campos nas primeiras décadas do século XX, com base nos princípios pedagógicos europeus, a exemplo de Pestalozzi e de Buisson, que estimulavam o uso do método intuitivo, norteados pela política republicana de utilizar dos professores na função de agentes para a formação da juventude a favor do estado moderno.

Martinez e Boynard (2005, p. 16-19) contribuem para revelar a transição do currículo ministrado para alunas dessa escola normal, entre 1895 e 1915, constituído de quatro anos, com as seguintes disciplinas: “Português, Francês, Aritmética, Música, Geografia, Moral, Pedagogia, Geografia, Física Teórica, Física Prática, História Universal, Caligrafia, Química Teórica, Química Prática, Álgebra, Desenho, Desenho Linear, Costura e Desenho de ornato (Relativo aos anos de 1895 a 1898)”. E, posteriormente, passaram a instalar e utilizar dos gabinetes de física e química, da coleção de sólidos geométricos, do uso do método intuitivo na formação das normalistas, aquisição do Museu Escolar Brasileiro, da Escola Modelo Anexa, materializada em 1915, no luxuoso monumento de formação de professores e professoras (cf. *Ibidem*).

Magalhães (2004, p. 138) na proposta que elaborou sobre a investigação de instituições educativas, estabeleceu que o currículo é um dos aspectos da representação na compreensão da evolução institucional da identidade histórica de uma instituição educativa. Diante da formação profissional oferecida pela Escola Normal de Campos, anexa ao Lyceu de Humanidades de Campos de Goytacazes (MARTINEZ; BOYNARD, 2005), Alice Paes aproveitou a oportunidade e obteve o diploma de normalista por esta instituição modelar na formação profissional para a docência no ensino primário. Instituição moderna, de princípios positivistas, que ostentava uma edificação suntuosa e luxuosa com dois pavimentos, escadas, longos corredores, janelas amplas, situada numa região próxima ao núcleo do governo federal, a 286 km da cidade do Rio de Janeiro. Os princípios da educação moderna, embasada no método intuitivo que recebera, os trouxe consigo para Uberabinha, como também, representações e apropriações advindas do contato com as práticas, com os sujeitos, com o aspecto físico dessa instituição educativa.

No aspecto do instituído, a mesma buscou manter os currículos das disciplinas atualizados com base no desenvolvimento do conhecimento das ciências à época, bem como processos de institucionalização que impregnaram e materializaram sólida preparação das futuras professoras normalistas.

Mesmo com tal preparo profissional, consideramos que a professora Alice Paes foi ousada em aceitar o desafio de exercer a profissão de professora no ensino primário em mais de duas instituições educativas simultaneamente. Consideramos não ser tal decisão advinda de orientação curricular das normalistas no foco da profissionalização, ministrado no majestoso prédio da Escola Normal de Campos, e sim, originada de uma autoavaliação que envolveu dimensões da sua profissionalidade. Em 1924, provavelmente a mesma assumiu, no período diurno, ministração das aulas do primeiro ou do segundo ano do ensino público primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; no vespertino, a direção e ministração na Escola N. S. da Conceição com ensino primário e secundário para o sexo feminino; e, no noturno, a ministração do ensino simultâneo dos primeiros anos para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos na Escola Noturna Municipal.

As exigências sobre essa profissional da educação nestes momentos de seus diversos profissionalismos, justapostos, requereram o máximo em competência técnica e intelectual, associada aos seus princípios de moral, de compromisso com seus alunos, com as respectivas comunidades escolares das referidas instituições educativas. Exigiu da mesma, buscar nos elementos da profissionalidade nutrientes para alimentar sua autonomia

profissional – independência de juízo; ciência da sua identidade e alteridade; distanciamento crítico (CONTRERAS, 2002, p. 212-214) – para atuar de forma satisfatória em cada espaço educativo de contexto e suporte legal distintos, e assim, recebeu variação de pressão por parte dos aspectos da profissionalização.

Em razão dos elementos constitutivos da profissionalização, ela teria de se adequar às restrições impostas por um conjunto de normas e leis de cada esfera administrativa, responsável por gerir o desenvolvimento administrativo e pedagógico das instituições educativas, seja estadual, municipal e até de seu próprio estabelecimento de ensino particular.

A professora Alice Paes assumiu a regência das aulas para o 1º, 2º e 3º anos do ensino elementar, simultaneamente, no horário das 18h00 às 21h00, e ministrou o conteúdo das disciplinas básicas de Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Educação Moral e Cívica, para o primeiro ano; disciplinas básicas e Geografia, para o segundo ano; disciplinas básicas, Geografia, História e Agricultura para o terceiro ano, com uma turma com média de frequência abaixo de trinta alunos e atingindo cerca de 72 matriculados no ano de 1924 (SILVA, 24 jan. a 15 dez. 1924).

O Inspetor Municipal, por direito legal, foi o mediador entre o governo municipal e a professora e registrou suas observações tanto nos diários da Escola Municipal Noturna, quanto no Livro de Visitas da referida escola, em doze visitas realizadas no ano de 1924, entre janeiro e novembro⁷.

Verifica-se nos documentos o empenho do Inspetor Francisco Santos Silva ao exercer rígido norteamo administrativo e pedagógico no funcionamento desta escola, em razão do conjunto de novo inspetor, nova escola, nova professora e nova turma, ciente, porém, que a reconhecida nova professora trazia cerca de dez anos de experiência docente na própria cidade.

Houve empenho da professora Alice Paes em superar dificuldades vinculadas ao processo de submissão ao contexto do ensino municipal: os limites impostos pelo regulamento escolar do município, o precário mobiliário e estrutura física das salas de aulas, a indisposição e falta de cultura escolar da primeira turma noturna de alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, a insegurança diante de um novo superior hierárquico imediato com atribuição de inspecionar sua atuação docente, bem como da presença e rendimento escolar dos alunos.

As aulas regidas pela professora Alice Paes para os alunos/trabalhadores matriculados na Escola Noturna da 1ª à 3ª séries do ensino elementar iniciaram em 11 de janeiro de 1924 (MARQUEZ, 01 maio 1924, p. 2). Em 29 de janeiro, ocorreu a primeira visita do Inspetor Municipal Escolar, o qual registrou no Livro de Visitas a presença de 38 alunos e determinou que os horários de início e término das aulas fossem obedecidos por todos os alunos, das 18h00 às 21h00, e ofereceu à professora a possibilidade de “dar pleno [voto] de condescendência” (SILVA, 29 jan. 1924). Voto de confiança que possibilitava a à professora transigir, ter tolerância diante de atrasos de alunos com justificativa plausível a seu juízo, o que deve ter ocorrido com certeza. Alice Paes, neste espaço escolar, sob a orientação e inspeção do professor Francisco Santos Silva, vivenciou o exercício de ser professora diante de uma tensão sobre sua autonomia profissional que a acompanhou durante todo aquele ano letivo.

O Gráfico abaixo foi elaborado com base nos dados obtidos junto aos Diários de Frequência da Escola Noturna Municipal em 1924. Cada visita do Inspetor Escolar pode-se em parte captar pelos registros deixados nos documentos escolares, Diários de Classe e Livro de Visitas, indícios que emergem das relações entre esses profissionais da educação municipal na época.

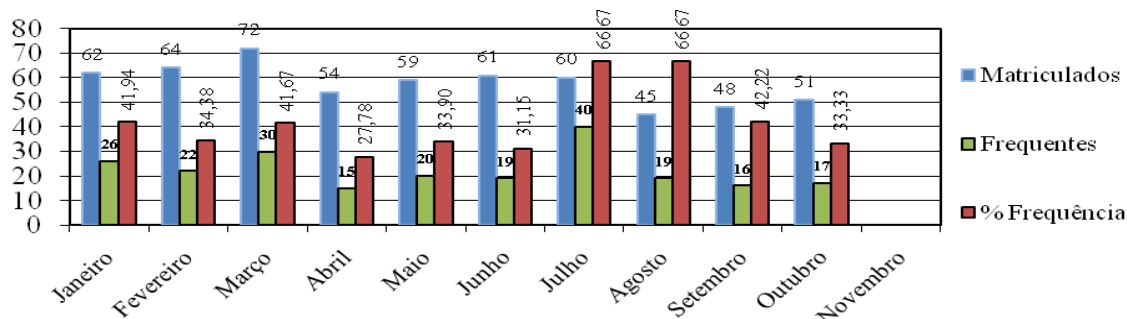


Gráfico 1 - Demonstrativo de números de alunos matriculados, frequentes e de percentual de frequência na Escola Noturna Municipal - 1924

Na segunda visita realizada, após inspecionar o funcionamento da aula noturna realizada no dia 18 de fevereiro do mesmo ano, Francisco Santos Silva registrou, entre o que era de costume, o número de alunos matriculados e os presentes naquele dia. Porém, expressamente registrou orientação à professora Alice Paes sobre o caso de um de seus alunos que se manifestou insubordinado, e a orientou a seguir os seguintes passos: na primeira vez, deveria admoestá-lo; na segunda, deveria comunicar por escrito ao pai; numa terceira vez, deveria oficializar ao Inspetor Escolar; e se tornar frequente a insubordinação, exigir a eliminação do aluno das aulas. Registrou o Inspetor censura à professora por não ter enviado um documento a ele que relatasse o ocorrido no prazo estabelecido, e agendou para o dia 21 do mês próximo até as 12h00 para que o referido documento fosse enviado a ele na Câmara Municipal (SILVA, 18 fev. 1924). Os deveres, os direitos, as proibições e a vinculação hierárquica, aspectos do suporte legal para os professores municipais, atingiram diretamente a professora Alice Paes a demonstrar a força advinda da profissionalização, e que necessitou reagir com ressignificação diante da restrição sobre a sua autonomia profissional na esfera municipal.

O Inspetor Municipal Escolar fez nova visita à Escola Noturna, no dia 25 do mês de março. Além do registro de rotina, ordenou a eliminação de dezessete alunos que não estavam frequentando às aulas por mais de dois meses. Determinou, ainda, que este procedimento deveria ser estendido a todos os demais alunos faltosos que atingissem dois meses de ausência (SILVA, 25 mar. 1924). Coerentemente, o Inspetor registrou de próprio punho no Diário de Frequência desse mês a eliminação dos alunos apontados. Obedeceu ao que rezava o texto do inciso “o” do Artigo 9º da Lei n. 278: “O Lavrar termo das visitas que realizar, mencionando-lhe dia, nome do professor, numero de alumnos presentes e as instruções que der;” (Lei n. 278 de 07 de março de 1923).

Houve comprovada oscilação no número de alunos presentes na Escola Municipal Noturna, conforme demonstra o Gráfico 1, e atingiu no máximo quarenta e no mínimo quinze alunos. Isso expressa parte das dificuldades enfrentadas pela professora Paes para desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem, com uma frequência inconstante dos alunos, e que se manteve pouco expressiva nos últimos três meses do ano letivo.

No dia 02 de maio do mesmo ano, Francisco Santos Silva realizou mais uma visita de inspeção e científica à professora Alice Paes sobre a orientação deixada dias atrás, para que se fizesse a chamada no horário determinado, não depois das 18h30, bem como que

não admitisse alunos depois desse horário, fato este que ainda estava ocorrendo. Os motivos do atraso de se realizar a chamada não foram justificados pela professora Alice Paes nos documentos, porém, sendo alunos/trabalhadores a razão de atraso dos mesmos, provavelmente, se relacionaria ao conflito da escola moderna que não havia se preparado para abarcar trabalhadores, mas sim, os que possuíssem tempo livre.

Todavia a presença à aula aumentou em média para vinte alunos no mês seguinte. O respeito ao superior hierárquico imediato se fez presente, e nos meses que se seguiram a ordem fora executada, bem como os alunos buscaram atender os apelos tanto da professora quanto do inspetor.

Nos registros no Diário de Frequência do mês de junho, podem-se verificar eliminações de matrículas de alunos por faltas às aulas, determinação reiterada pelo Inspetor Municipal Escolar, e executada pela professora Alice Paes, como se encontra registrado no Livro de Visitas da escola, do dia 16 de junho, a observação do Inspetor Francisco Santos Silva, diante da baixa frequência de alunos:

Nem mais que os alumnos não vão legalmente à escola, isto é, a falta de atentar cada um a presença que custa assim destes e daqueles. Em vez disso, os alumnos não compreendem aos reflexos disto pela professora, bem como aos desejos da Camara, dirão aos alumnos que devem ser mais pontuais para que lançasse a presença (sic). (SILVA, 16 jun. 1924)

No mês de agosto os dados registrados apontam maiores valores tanto na média de alunos frequentes quanto no percentual de frequência, respectivamente, quarenta alunos e 66,67% entre o número de matriculados e os frequentes, conforme o Gráfico 1. Todavia, com a constante perda de alunos no decorrer do primeiro semestre letivo, no mês de setembro o número de alunos matriculados atingiu 45 com média de dezenove alunos frequentes, conforme pode ser observado no citado gráfico.

Deve-se esclarecer adicionalmente, que não foi identificado o local onde fora instalada a Escola Noturna Municipal em 1924. Se num espaço alugado pelo governo municipal, se no próprio prédio em que estava também instalado o Colégio N. S. da Conceição, de propriedade da professora Alice Paes, ou se no prédio do Colégio Amor às Letras, de propriedade do professor Jerônimo Arantes.

Em 12 e 26 de agosto ocorrem mais duas visitas do Inspetor Municipal. Na primeira, além dos registros costumeiros, anotou que a professora Alice Paes não se encontrava na escola quando lá chegou. Em seguida ao fato, ela chegou à escola e justificou que não estava passando bem, pois estava doente. Assumiu a aula frente aos alunos, e em seguida o professor Francisco Santos Silva fez o registro no Livro de Visitas sobre fato de a professora ainda não ter feito a chamada, ultrapassado o horário das 18h30, conforme ele havia estabelecido. Tomou então, em seguida, a decisão de eliminar diversos alunos por não frequentarem regularmente as aulas.

Na segunda visita do mês de agosto, no dia 26, evidenciou-se nos registros do Inspetor Municipal a ressalva que a professora Alice Paes não cumpriu uma das tarefas dos professores municipais de retirar na Secretaria da Inspeção Municipal o atestado de exercício, nos primeiros cinco dias do mês. Os demais professores municipais assim o fizeram, e atuavam na maior parte nas escolas municipais rurais, em escolas isoladas rurais distantes da sede cerca de 12 a 30 km da cidade.

Este fato evidenciou, que apesar de a professora Alice Paes possuir uma formação para atuar no coletivo e favorável a satisfazer as observações e orientações normativas legais e do Inspetor Francisco Santos Silva, ocorreu na esfera municipal uma atuação

isolada da professora, distinta das atuações tanto na esfera estadual do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, quanto da atuação no ensino privado do Colégio N. S. Conceição.

O isolamento profissional dos professores municipais destoava sim da rotina da professora Alice Paes. Pois não foram encontradas evidências de que havia comunicação entre os professores municipais em encontros coletivos, reuniões para tratar de assuntos da profissão na educação municipal ou até administrativas, convocadas pelo Inspetor Municipal. Havia, sim, o isolamento profissional do professor municipal, tanto no espaço urbano quanto no rural, cada um no seu contexto territorial escolar, característica que perdurou por décadas no ensino municipal em Uberabinha.

[...] Lançando-me desta oportunidade, faço saber a Professora que o atestado de exercício será dado, na secretaria de Inspeção Escolar, do dia primeiro ao dia cinco incluindo de cada mez, que havendo esses dias não será mais dado mais atestado de exercício. Visto como todos os professores rurais muito dos quais distam desta cidade, duas, trez, quatro e cinco léguas, e vindo dentro desses dias e só a professora nocturna e que a não sabe [...]. Uberabinha, 26 de Agosto de 1924. F. Santos Silva. Inspector Escolar. (SILVA, 26 ago. 1924)

Nos meses finais do ano letivo a média de frequência havia caído ainda mais para dezesseis e dezessete alunos, respectivamente, nos meses de setembro e outubro. Conforme registrado no Livro de Visitas da escola, de fato havia dias em que a frequência dos alunos diminuía a dez, nove, cinco e até nenhum aluno, ao ponto de a professora Alice Paes expressar ao Inspetor Francisco Santos Silva um raro desabafo, que o mesmo registrou quando da visita à escola no dia 17 de setembro: “Apesar dos esforços da professora parece que o povo não quer instrução, pais e alumnos não frequentam; isto mesmo que disse a professora, disse aos alumnos que devem vir à Escola avidamente [...]” (SILVA, 17 set. 1924).

Tal manifestação da professora em parte expressou sua perspectiva de requerer maior dedicação dos alunos na frequência à escola e nos estudos. Posicionou-se apenas pelo raciocínio técnico e evidenciou certo distanciamento da realidade dos alunos, ao alegar que os mesmos deveriam ter mais avidez para ir às aulas. A obediência para com seus próprios princípios demonstrou estar vinculada ao cumprimento das normas técnicas e administrativas estabelecidas, que restringe em parte a criatividade, e estimula o padrão de ajustes na busca de melhor eficiência norteada pelo legal. Demonstra também uma responsabilização aos alunos pelo fracasso na frequência dos mesmos à escola.

Não foi encontrado nenhum registro nas fontes que apresente questionamentos ou afirmações de Alice Paes sobre a importância de ser mantida a oportunidade de ensino para esses alunos/trabalhadores, apenas aquela rara fala sobre a falta de avidez dos mesmos para ir às aulas. A professora defendeu com afinco o que ela acreditou ser o melhor para o seu momento profissional. Não contestou o raciocínio técnico e legalista do Inspetor Francisco Santos Silva, nem se envolveu em ações que pudessem tanto identificar quanto contribuir para diminuir a falta de frequência de seus alunos/trabalhadores na Escola Noturna Municipal. Talvez por ter assumido a posição técnico-racional e ser parte de um outro coletivo de servidores públicos do estado, bem como por ser mulher.

O que se percebe também ser uma opção da professora é o fato de não se enveredar em questões políticas, evitando problemas suplementares, como foi salientado na imprensa da época com relação a sua colega do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, a professora Leodegária de Jesus, que pretendia contribuir numa coluna do jornal *A Reacção*, periódico politicamente contrário ao governo estadual, do Presidente Raul Soares de Moura. Tal fato

foi estampado nas páginas do primeiro número deste jornal, com a informação do redator chefe Lycídio Paes de que o periódico buscava obter auxílio de diversos intelectuais para seus propósitos e declarou que já contava “[...] com a colaboração de d. Antonietta Villela, d. Leodegária de Jesus, dr. Ignacio Paes Lemes, Lamartine Moreira, Reis Junior e Abel Reis de alguns dos quaes inserimos trabalhos no presente numero” (PAES, 27 mar. 1924, p. 2).

No caso, a poetisa e professora Leodegária de Jesus, natural de Caldas Novas, Estado de Goiás, atuava profissionalmente na educação em Uberabinha nos anos de 1920. Além de professora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão assumiu compromisso com a instalação e funcionamento de seu próprio estabelecimento de ensino primário, o Colégio São José (1925-1930) (ARANTES, 1941, p. 17). Em março de 1924, intentou ela expor seus poemas no Jornal *A Reação*, todavia recebeu orientações para não fazê-lo, com ameaças de represálias por parte de representantes locais do governo estadual. O nome da professora retornou às páginas do referido jornal no seu segundo número, no qual se criticava a alegação de que, uma vez que a professora Leodegária de Jesus estava na situação de funcionária pública com uma vinculação hierárquica ao governo do estado, era também uma agente política do mesmo, e seria incoerente, então, sua colaboração no referido jornal. “Pobres funcionários públicos!”, exclamou o redator Lycídio Paes em defesa da liberdade de atuação, profissional e política, da professora estadual interessada em contribuir na coluna de literatura na imprensa local (PAES, 3 abr. 1924, p. 5).

Outro fato interessante e precedente ocorrido no mesmo ano envolveu o próprio Lycídio Paes, que pedira havia pouco sua exoneração do cargo de Diretor do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão ao Secretário do Interior, Fernando de Mello Vianna, por defenderem grupos políticos distintos e desencadear desavenças com o mesmo. Fato é que Lycídio Paes fora empossado ao referido cargo pelo então Secretário do Interior de Minas Gerais, Dr. Afonso Penna Júnior, ainda no governo de Artur Bernardes (1920-1922). Uma vez desvinculado do serviço público Lycídio Paes instalou o jornal defensor do Partido Republicano Mineiro, partido dos *Coiô*⁸, associado com o Cel. Antonio Alves Pereira⁹.

Voltando à querela em torno da participação da Profa. Leodegária na imprensa, destacamos que o quarto número desse jornal, em 17 de abril de 1924, contou com a participação de Antonietta Villela, poetisa e atuante feminista, nos anos de 1920 e 1930 em Uberabinha. Antonietta Villela, de forma inteligente e crítica, elaborou uma crônica intitulada *Dialogando*, na qual simula um colóquio fictício com Leodegária de Jesus, a quem denominou de *Rosa*. A crônica versa sobre o constrangimento que uma professora pública passa diante do poder silencioso e eminente do Estado de demiti-la e inibi-la, caso a mesma se manifestasse em defesa de causas das igualdades, da liberdade de expressão e dos direitos políticos da mulher. E expressou poeticamente essa angústia de ser mulher e professora pública do estado: “Imagina, Rosa, - se eu fosse professora publica! Ai! Que medo eu teria de ser demitida, não?” (VILLELA, *A Reação*, 17 abr. 1924)¹⁰.

Rodrigues sintetizou que Antonietta Villela, na época, conclamou as suas “companheiras à luta pela igualdade de direitos civis e sociais. Seus primeiros escritos, nos quais propõe o sufrágio feminino, bem como a ampliação da educação para a mulher, como forma de conquistar um mundo predominantemente masculino, datam de 1920” (RODRIGUES, [s/d]).

Mesmo com todo o apoio publicamente oferecido por Lycídio Paes e Antonietta Villela, seus companheiros na imprensa local, a professora Leodegária de Jesus acatou a sugestão dos seus ameaçadores e permaneceu distante das análises literárias do Jornal *A Reação*. Assim, reforçou as contradições entre pertencer ao coletivo de professores

públicos do estado, ser mulher e ter liberdade de pensar e se expressar em qualquer local e meio de comunicação, na Uberabinha dos anos 1920.

A perseguição política não ocorria somente na área da educação, também em outras áreas vinculadas a todas as esferas de governo, como o caso divulgado do sr. Oscar Cajado, carteiro e servidor da agência estadual dos Correios, que percebia 170\$000 Réis mensais, e foi demitido porque assumira compromisso político contrário ao poder situacionista local (PERSEGUIÇÃO. *A Reação*, 17 abr. 1924, p. 5).

O carteiro, assim como a professora, na condição de funcionários públicos ficavam sujeitos à intolerância política da época e a retaliações que poderiam afetar suas vidas profissionais. No caso específico das professoras, tanto Leodegária de Jesus quanto Alice Paes, provavelmente, poderiam assumir o discurso fictício de Antonieta Villela e personificá-lo ao dizer: *Ai! Que medo eu tenho de ser demitida, não?* Desta forma pode-se compreender, na conduta profissional, o pragmatismo da professora pública que se envolve com o pedagógico, na perspectiva técnico-racional, atua no ensino sem se envolver em assuntos considerados políticos ou partidários.

No mês de outubro três visitas são registradas no Livro de Visitas da escola, dias 11, 15 e 31 de outubro de 1924. No primeiro, a frequência chegou a cinco alunos, todavia não ocorreu a aula, pois a professora Alice Paes se encontrava doente. Sendo o Inspetor Francisco Santos Silva informado da situação da escola fechada, foi procurá-la em casa. Quatro dias depois, retorna à escola, no dia 15 do mesmo mês. Nova observação com foco na ausência dos alunos, com justificativa de que informaram à professora Alice Paes que nos dias de festas da “Kermece” faltariam às aulas. Orientou o Inspetor Francisco Santos Silva que caso isto viesse a ocorrer novamente, seria necessário enviar esclarecimento à Câmara Municipal.

Na visita do dia 31 de outubro de 1924, após os registros rotineiros de inspeção foi anotada a presença de dezenove alunos. Faltou um apenas para completar o limite mínimo legal de frequência. Todavia, o Inspetor Escolar Municipal, diante dos fatos que se repetiram com ausência dos alunos às aulas nos últimos dias, e por ser evidenciado ter atingido por três meses consecutivos média de frequência abaixo de vinte alunos, comunicou aos presentes que por ordem dada pelo Agente Executivo, Sr. Alexandre Márquez, declarava suprimida a Escola Municipal Noturna, a partir daquele dia 1º de novembro de 1924.

Justificou ainda, “[...] pois não é possível que a tantos esforços da Camara em benefício a população desta cidade, meramente empenhado todos os meios para acabar com os analfabetos, não saberia os alumnos corresponder aos empenhos da Camara” (SILVA, 31 out. 1924). Com este registro encerrou as atividades da Escola Noturna Municipal em cumprimento ao que se estabelecia nos Artigos 2, 3 e 6 da Lei n. 278, de 07 de março de 1923, considerando os alunos/trabalhadores culpados pelo fato, diante do grande empenho da Câmara Municipal de Uberabinha (Lei n. 278 de 07 de março de 1923).

Por punição, o Inspetor Escolar Municipal aplicou a rigidez da Lei, e atingiu menos os faltosos, de resto já desistentes, mas principalmente a todos os alunos/trabalhadores interessados e que haviam frequentado as aulas durante os nove meses letivos anteriores. Bem como, inviabilizou que os mesmos pudessem participar dos exames finais, por estar entre as suas incumbências essa autorização, conforme o Art. 22 da Lei n. 278, que estabelece: “No último mez do anno lectivo o Inspector designará o dia para exames de cada uma das escolas, devendo estes se realizarem de 1º a 31 de Dezembro” (Ibidem). A ausência da Escola Noturna Municipal nos exames finais entre as escolas municipais pode

ser evidenciada no Anexo n. 1 ao relatório “Retrospecto” apresentado pelo mesmo inspetor no ano de 1927, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 - ANEXO 1 – Retrospecto – Resultado dos exames das escolas municipais e dos estabelecimentos subvencionados pela Câmara de Uberabinha - 1924

ESCOLAS	Matriculados	Comparecidos	Faltosos	Approvados	Reprovados	Porcentagem dos aprovados sobre os comparecidos	Observações
Paraíso	94	88	6	88	0		(1) - Nesta escola não houve exames
Maribondos	65	54	11	54	0		
Burity	60	35	25	15	20		
Tenda	38	0	0	0	0 (I)		
Nocturna cidade	51	0	0	0	0 (I)		
Total: 5	308	177	42	157	20		

Uberabinha, Janeiro de 1927

F. Santos Silva
Inspector escolar Municipal

Caso houvesse algum interesse do Inspetor Escolar Municipal de penalizar ainda mais, poderia culpabilizar também aos pais e responsáveis desses alunos/trabalhadores pela falta de frequência dos mesmos na referida escola, e fazê-lo com respaldo no 6º Artigo da Lei n. 278. Assim, poderia requerer ao Agente Executivo que lhes impusesse a obrigatoriedade de pagamento da taxa indenizatória de 50\$000 Réis, sendo a mesma englobada juntamente com a cobrança dos demais impostos municipais. Porém, os dados obtidos não fornecem informações suficientes para comprovar se assim o fez. O mais provável é que a punição tenha recaído apenas sobre os alunos e a professora com a interrupção do ano letivo restando um mês para cumprir o programa anual.

Sintetizando: a Escola Municipal Noturna, que iniciou suas atividades em janeiro de 1924 com 62 matrículas, atingindo 72 em março, encerrou suas atividades no fim de outubro com 51 matriculados, mas com frequência neste último mês abaixo de 20 alunos. Os reais fatores que contribuíram para estrangular o funcionamento desta escola no ano de 1924 não foram claramente identificados por falta de dados. A professora Alice Paes não foi culpabilizada juntamente com os alunos, e ficou à disposição do Inspetor Escolar Municipal no período final de 1924, responsabilizando-se por todos os objetos da escola, até que fossem devolvidos ao Inspetor Escolar.

Posteriormente, nos anos de 1925, 1926 e 1927, outro professor assumiu a condução das turmas da Escola Municipal Noturna: Jerônimo Arantes, que já atuava na direção e ministração de aulas, na época, em seu próprio Colégio Amor às Letras. Entre os anos de 1927, 1928 e 1929 a professora Alice Paes foi diretora nomeada pelo Secretário do Interior Francisco Campos para o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, bem como contribuiu na esfera municipal para a instalação de doze escolas rurais durante o governo do Agente Executivo Octávio Rodrigues da Cunha (CORTES, 1966). Na esfera privada, atuou por mais um ano à frente do Colégio N. S. da Conceição, transferindo em seguida a direção desta instituição, nos anos de 1926 e 1927, para as mãos do professor Nelson Cupertino.

Considerações Finais

Diante do exposto e pela perspectiva de análise adotada, propusemo-nos a identificar os profissionalismos associado e o competente restrito na atuação profissional da professora Alice Paes à frente da Escola Noturna Municipal, em 1924. O profissionalismo associado ficou expresso a partir do momento em que a mesma assumiu autonomias simultâneas e distintas vinculadas em três instituições educativas: uma na esfera pública estadual no ensino dos primeiros anos do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; outra na esfera particular por ser proprietária, diretora e professora do Colégio N. S. da Conceição para o ensino primário e secundário feminino; e a terceira na esfera pública municipal à frente da Escola Noturna Municipal em 1924.

Tal situação compôs uma sobreposição de vínculos profissionais com contextos institucionais distintos que impulsionou a professora Alice Paes a um distanciamento crítico para ter rápida adaptação diante das variações contextuais institucionais. Consideramos que o reconhecimento profissional que a professora obteve em sua trajetória profissional em Uberabinha esteve vinculada principalmente às atuações da mesma enquanto professora, e posteriormente, diretora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Ao ponto de Alice Paes ser enaltecida durante a celebração do cinquentenário de existência do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1965. Também contribuiu a sua atuação no ensino local, enquanto proprietária, diretora e professora do Colégio N. S. da Conceição. Nestas duas instituições, provavelmente seus profissionalismos foram distintos do produzido enquanto esteve à frente da Escola Noturna Municipal, na qual não excedeu ao padrão, não fez a diferença em termos de resultados, não reproduzindo a competência demonstrada nas outras situações.

O segundo tipo de profissionalismo, o competente restrito, aparece em razão da necessidade de exercer a profissão de ensinar com uma autonomia técnico-racional bem delimitada. O desempenho de suas competências técnica e intelectual na área do ensino primário foi restrito ao de uma especialista sofrendo tensão entre os aspectos da profissionalização e da profissionalidade. Nos elementos constitutivos da profissionalização exerceu a profissão de professora sendo a atividade principal, porém em tempo parcial para a Escola Noturna Municipal, que associado aos outros rendimentos das outras atuações de professora obtinha os ganhos financeiros para sua manutenção. A direção escolar de seu próprio estabelecimento de ensino seria uma atividade secundária. Satisfez, assim, as exigências legais, não infringindo nenhum dos itens estabelecidos na legislação educacional municipal, mesmo diante das observações constantes do Inspetor Francisco Santos Silva durante sua atuação na referida escola.

Por outro lado, a autonomia competente restrita manifestada pela professora Alice Paes se originou muito mais vinculada às dimensões da profissionalidade, do que nos aspectos da profissionalização, em razão de que possuía alta competência profissional, por experiência de mais de doze anos, com formação apropriada na Escola Normal de Campos e atualização constante nos métodos do ensino estimulada pelos vínculos que possuía com o ensino público estadual e o coletivo de professores estaduais. Consideramos que a restrição à atuação com maior desempenho e utilizar o máximo de sua competência técnica e intelectual para ensinar, em parte, pode ter origem nas dimensões da obrigação moral e do compromisso com a comunidade de alunos/trabalhadores, razão para que a professora buscasse superar as dificuldades enfrentadas pelas novidades no contexto do ensino municipal.

Diante das observações normativas do Inspetor Francisco Santos Silva, a professora Alice Paes reagiu de forma pronta a acatar as diretrizes técnicas e administrativas, embora

não tenha conseguido cumprir em vários momentos com o horário estabelecido, e tido dificuldade para garantir a frequência necessária frente à resistência dos alunos em se esforçarem mais na busca da melhoria da relação ensino-aprendizagem. Deve-se lembrar, no entanto, que parte desses alunos trabalhava em estabelecimentos comerciais e agrícolas da cidade e tinham dificuldades de estarem presentes no horário estabelecido, quando o comércio funcionava até mais das 18h00.

Diante do exposto, apresentamos a possibilidade de um repensar a respeito da estrutura sistêmica que configura este profissional da educação – o professor. Atribuindo o foco também à profissionalidade, e não somente aos aspectos da profissionalização, tanto na formação como na atuação do professor para implementar ações que contribuam para compor o seu caráter profissional no exercício habitual de ensinar. Nesse sistema há a possibilidade de ser obtida a constituição de diversos profissionalismos que definem o modo de ser do professor, em que tanto aspectos subjetivos associados aos objetivos possam ser avaliados na melhor compreensão sobre este profissional da educação, o professor.

REFERÊNCIAS

A REACÇÃO, Uberabinha, anno I, n. 5, 24 abr. 1924, p. 1. (ArPU) (AJA).

A VISITA de Da. Alice Paes. *O Triângulo*, Uberlândia, MG, ano XXXVIII, n. 2.093, 7 set. 1966. (ArPU).

ARANTES, Jerônimo. Registro do Livro de Ata da Comissão de Exames do Collegio Amor às Letras, 29 nov. 1921, p. 14. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1921. (ArPU). (AJA).

_____. A Luz das Letras – 1835-1840. *Revista Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano VI, n. 10, 1941, p. 17.

BARBOSA, Miraci. *Saudação Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, por ocasião dos festejos comemorativos de seu cinquentenário de funcionamento*. Pasta Temática Educação n. 14-A. Uberlândia, 01 fev. 1965. (ArPU). (AJA)

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão especial realizada no dia 05 maio 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 33v. (ArPU).

_____. *Ata da sessão especial realizada no dia 10 jul. 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v. (ArPU).

_____. *Atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 10, 11, 12, 13, 15 e 17 jul. 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v-44v. (ArPU).

_____. *LEIS*. Lei n. 210 de 25 de julho de 1918. Leis, Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 195, 1918. (ArPU).

_____. *LEIS*. Lei n. 278, 7 de março de 1923, Regulamento de Ensino Municipal. Uberabinha, p.10-18, 1923. (ArPU).

_____. *LEIS*. Lei n. 317 de 28 de julho de 1924. Leis, Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 73-74, 1924. (ArPU).

CAPRI, Roberto. *O Município de Uberabinha - Minas: Physico, Economico, Administrativo e suas riquezas naturaes*. São Paulo: Capri; Andrade & Cia Editores, 1916.

- COLLEGIO N. S. Aparecida. *A Notícia*. Uberabinha, anno I, n. 14, 8 set. 1918, p. 1. (ArPU) (AJA).
- CONCURSO de Belleza. *A Mariposa*, Uberabinha, Anno I, n. 10, 31 maio 1925, p. 1. (ArPU) (AJA).
- CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CORTES, Dinorah. *Biografia da Professora Alice da Silva Paes*. Acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes, 1966.
- MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MARQUEZ, Eduardo. Serviços Municipais. *A Reacção*, Uberabinha, Anno I, n. 6, 01 maio 1924, p. 2.
- MARTINEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, MG, 16 a 19 de outubro de 2005. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1295--Int.rtf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.
- NÓVOA, António (Org.). *Profissão Professor*. Porto Codex-Portugal: Porto Editora Ltda, 1991.
- O DIÁRIO de Uberabinha. Uberabinha, Anno I, n. 8, 22 de nov. 1917. (ArPU)
- O REPORTER. Uberlândia, Ano I, n. 12, 14 jan.1934, p. 1. (ArPU)
- PAES, Lycidio. Collaboradores. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 1, 27 mar. 1924, p. 2. (ArPU) (AJA).
- _____. Folhas de Urtigas. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 2, 03 abr. 1924, p. 5. (ArPU) (AJA).
- PERSEGUIÇÃO. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 4, 17 abr. 1924, p. 5. (ArPU) (AJA).
- POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Antonieta Villela e o ideal feminista*. Lions Clube Uberlândia Antonieta Villela. Uberlândia. [s/d].
- SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SILVA, Francisco Santos. *Registro no Livro de visitas do Inspector da Escola Nocturna Municipal*. 1924. Uberabinha. Acervo Jerônimo Arantes. Pasta n. 16. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.
- TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. v. 2.
- VIEIRA, Flávio César F. *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- _____. *Profissionalismos do professor – De momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional – Uberabinha (1907-1929)*. 2009. 272f. Tese

(Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

VILLELA, Antonieta. Dialogando. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 4, 17 abr. 1924, p. 1. (ArPU) (AJA).

Notas

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo, professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

³ Uberabinha, cidade situada ao Norte do Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais, passou à [\[?\]](#) denominação de Uberlândia, a partir da Lei Estadual nº 1128, de 19 de outubro de 1929.

⁴ A pesquisa se deu em diversos acervos, dentre os quais os referidos no presente artigo são pertencentes ao Acervo Jerônimo Arantes (AJA) no Arquivo Público de Uberlândia (ArPU), de agora em diante denominados pelas respectivas siglas.

⁵ Observamos que a data do nascimento de Alice Paes não foi possível identificar nas fontes pesquisadas. Houve a possibilidade de sanar esta lacuna, todavia, o acesso a possíveis fontes foi obstaculizado pelo então Diretor da Escola Estadual Júlio Bueno Brandão, que alegou necessitar de tempo para preparar o museu da instituição antes de ser liberado para futuras pesquisas.

⁶ Entre os registros de recortes de jornais do acervo escolar da Escola Estadual Profa. Alice Paes há um com o trecho do jornal *O Triângulo: A Visita de Da. Alice Paes*. O TRIÂNGULO, Uberlândia, MG, ano XXXVIII, n. 2.093, p. 1, quarta-feira, 07 set. 1966.

⁷ O ano letivo de 1924 estende-se de 01 de fevereiro a 31 de outubro. As datas das doze visitas do Inspetor Escolar Municipal à Escola Noturna Municipal são as seguintes: 29 de janeiro; 18 de fevereiro; 05 de março; 10 de maio; 16 de junho; 12 e 26 de agosto; 17 e 27 de setembro; 11, 15 e 31 de outubro de 1924 (SILVA, op.cit. 1924)

⁸ Coió, codinome do Partido Republicano Mineiro pelos opositores pertencentes ao grupo do Partido Republicano Municipal que recebeu o codinome Cocão (TEIXEIRA, 1970, p. 458).

⁹ Lycidio Paes, nascido em 18 de maio de 1885 em Mar de Espanha-MG. Professor e jornalista, que entre 1920 e 1924 assumiu a direção do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão sob ato do Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Pena Júnior (TEIXEIRA, p. 359-361).

¹⁰ Registro que na edição posterior do jornal *A Reacção*, a crônica *Dialogando* sofreu correção de erros indicados de impressão, sendo destacados por mim entre colchetes: “No artigo de nossa apreciada colaboradora d. Antonietta Villela escaparam os três seguintes cochilos de revisão, que nos cumpre rectificar, de accordo com o original: 15ª. linha, saiu **seu** em logar de **teu**; 26ª. linha, saiu **escola** por **escala**; e 38ª. linha, **motivos** em vez de **motivo**”. (A REACÇÃO, Uberabinha, anno I, n. 5, 24 abr. 1924, p. 1. (ArPU) (AJA)).

Artigo recebido em: 28/10/2010

Aprovado em: 02/12/2010